



LEI Nº 714/2018

DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII, DO CAPUT, DO ART. 5°, NO INCISO II, DO § 3°, DO ART. 37 E NO § 2°, DO ART. 216, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE COELHO NETO, ESTADO DO MARANHÃO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
- **Art. 1° -** Ficam estabelecidos os procedimentos e as normas a serem adotados para garantir o acesso às informações da administração pública municipal, previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5°, no inciso II, do § 3°, do art. 37 e no § 2°, do art. 216, da Constituição Federal, em conformidade com disposições da Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Art. 2° Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações do Poder Executivo assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições desta Lei.
- Parágrafo Único Ficam subordinadas ao regime desta Lei as entidades privadas, relativamente aos recursos que receberem do Poder Executivo Municipal, mediante subvenções, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
 - Art. 3° O acesso à informação disciplinado nesta Lei não se aplica:
- I às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;
- II às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.





Art. 4°. Fica criado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que ficará instalado na http://www.coelhoneto.ma.gov.br – portal da transparência.

Parágrafo único - Cabe ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:

- I disponibilizar atendimento presencial ao público;
- II receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;
- III orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre às informações disponíveis no site eletrônico <u>http://www.coelhoneto.ma.gov.br</u>, portal da transparência.
- IV zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;
 - V elaborar relatório mensal dos atendimentos.
- Art. 5° Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso às informações referentes aos órgãos e às entidades municipais, preferencialmente, no site http://www.coelhoneto.ma.gov.br, portal da transparência, e, na impossibilidade de utilização desse meio, apresentar o pedido no Serviço de Informação ao Cidadão SIC, conforme Anexo I-A e B.
 - § 1° O pedido de acesso à informação deverá conter:
 - I nome do requerente;
 - II número de documento de identificação válido;
 - III especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.
 - § 2° Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:
 - I genéricos;
 - II desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.







- § 3° Na hipótese do inciso III do § 2°, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.
- Art. 6° As informações solicitadas serão prestadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão SIC, no prazo de, até, vinte dias.
- § 1° O prazo referido no caput poderá ser prorrogado, por mais dez dias, mediante justificativa expressa do responsável pela prestação da informação, da qual será dada ciência ao requerente.
- § 2° Não sendo possível o fornecimento da informação, o Serviço de Informação ao Cidadão SIC deverá:
- I apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou
- II comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão, a entidade ou a organização, não pertencente à Administração Pública Municipal que deve detê-la.
- § 3° Quando não for autorizado o acesso, por se tratar de informação reservada ou sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de recurso, conforme anexo II A e B.
- § 4° Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, desonerando a Administração Municipal da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.
- Art. 7° A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.
- § 1° Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal n. 7.115, de 29 de agosto de 1983.







- § 2° Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.
- **Art. 8° -** As informações de interesse público serão disponibilizadas no sítio eletrônico http://www.coelhoneto.ma.gov.br, portal da transparência, os quais serão atualizados, rotineiramente, e deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:
 - I conter formulário para requerimento de acesso à informação;
- II conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II possibilitar a impressão de relatórios, planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
 - IV manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- V indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente com o Serviço de Informação ao Cidadão SIC; e
- VI adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.
- Parágrafo Único É dever dos órgãos e entidades municipais promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.
- **Art. 9° -** Deverão ser disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.coelhoneto.ma.gov.br, portal da transparência, as seguintes informações de interesse público:
- I estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefone das unidades, horários de atendimento ao público;
- II programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
 - III receita orçamentária arrecadada;







IV - repasses ou transferências de recursos financeiros;

- V execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;
- VI licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VII remuneração e subsídio dos cargos, postos, graduação, função e emprego público;
 - VIII respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e
- IX contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40, da Lei n. 12.527/2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão SIC.

Parágrafo Único - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

- Art. 10 No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de dez dias, a contar da sua ciência, conforme Anexo II-A e B.
- § 1° O recurso será apresentado no Serviço de Informação ao Cidadão SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo se manifestar no prazo de dez dias.
- § 2° Mantida novamente a negativa, o recurso será encaminhado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- Art. 11 Fica criada a Comissão Mista de Reavaliação de Informações com a seguinte representação:
- I um representante da Secretaria Municipal de Planejamento,
 Administração e Finanças;
 - II um representante da Procuradoria Geral do Município;
 - III um representante do Controladoria Geral do Município;
- § 1° A indicação e nomeação dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações é da responsabilidade do Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.





- § 2° O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser desligado da função nos casos de renúncia, falta injustificada a três reuniões consecutivas ou desligamento do órgão que representa.
- § 3° A Presidência da Comissão Mista de Reavaliação de Informações será indicada pelo Prefeito Municipal dentre os seus membros, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido.
 - Art. 12 Cabe à Comissão Mista de Reavaliação de Informações:
- I manter registro dos titulares de cada órgão e entidade do Poder Executivo Municipal, para decisão quanto ao acesso à informações e dados sigilosos ou reservados da respectiva área;
- II requisitar da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;
- III rever a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto na legislação federal sobre essa classificação;
- IV recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação desta Lei;
- V manifestar-se sobre reclamação ou recursos apresentados contra omissão ou recusa de autoridade municipal, quanto ao acesso à informações.
- Art. 13 Ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações cabe:
 - I presidir os trabalhos da Comissão;
- II aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;
- III dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;
 - IV designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;
 - V convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões; e
- VI remeter a Secretária(o) de Planejamento, Administração e Finanças a ata com as decisões tomadas pelo colegiado, para serem encaminhadas ao Prefeito Municipal.





- § 1° A Comissão Mista de Reavaliação de Informações reunir-se-á, sempre que convocada pelo Presidente.
- § 2° A Comissão Mista de Reavaliação de Informações atuará junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.
- **Art. 14 -** Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- **Parágrafo Único -** O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.
- Art. 15 A Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, desenvolverá atividades para:
- I promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;
- II treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;
 - III monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;
- IV definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.
- **Art. 16 -** Na aplicação desta Lei serão observadas as questões sobre classificação de informações secretas, sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informações e as disposições do Decreto Federal n. 7.724, de 16 de maio de 2012.
 - Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COELHO NETO, ESTADO DO MARANHÃO, 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

Américo de Sousa dos Santos Prefeito Municipal





Formulário de Solicitação de Informação

Pessoa jurídica



ANEXO I – A

Dados do requerente - obriga Razão Social:	tórios	
CNPJ:		
Nome do representante:		
Cargo do representante:		
CEP:	Estado:	
Endereço eletrônico (e-mail):	:	
estatísticos. Telefone (DDD + número):(gatórios serão utilizados aper	
Endereço eletrônico (e-mail)		
Tipo de instituição		
☐ Empresa – PME	☐ Órgão público federal	
☐ Empresa –grande porte	□ Órgão público estadual/DF	□ Veículo de comunicação
☐ Empresa pública/estatal	☐ Órgão público municipal	☐ Sindicato / Conselho profis.
☐ Escritório de advocacia	 Org. Não Governamental 	□ Outros
☐ Instituição de ensino e/ou	ı pesquisa	
Área de atuação		
□ Comércio e serviços	□ Governo	☐ Imprensa
□ Indústria	☐ Jurídica/Política	☐ Pesquisa acadêmica
☐ Extrativismo	□ Representação de terceiros	☐ Terceiro Setor





_ 0 0	Represent. sociedade vil	□ Outros	
Especificação do pedido de acesso à informação Órgão/Entidade Destinatário(a) do Pedido:			
Forma preferencial de recebime Correspondência eletrônica (e-mail) Descrição do pedido:	ento da resposta: Correspondência físic custo)	ca (com	☐ Buscar/Consultar pessoalmente





Formulário para pedido de acesso à informação

Pessoa natural



ANEXO I - B

Dados do requerente - obriga	atórios	
	atorios	
CPF:		
Endereço físico:	Estado:	
		-
CEP: Endereço eletrônico (e-mail):		
Endereço eletroriico (e-mair).		
Dados do requerente – não o	obrigatórios	
ATENÇÃO: Os dados não obri	igatórios serão utilizados aper	nas de forma agregada e para fin
estatísticos.		
Telefone (DDD + número):	()	
	()	_
Endereço eletrônico (e-mail)		
Sexo: Masculino Femini		
Data de nascimento:/		
Escolaridade (completa)		
□ Sem instrução formal	 Ensino fundamental 	□ Ensino Médio
☐ Ensino superior	□ Pós-graduação	☐ Mestrado/Doutorado
S0003		
Ocupação principal		
☐ Empregado - setor	Profis. Liberal/autônomo	
privado		Empresário/empreendedor
□ Jornalista	□ Pesquisador	□ Servidor público federal
☐ Estudante	☐ Professor	□ Servidor público estadual
☐ Membro de partido	☐ Membro de ONG	☐ Servidor público
político	nacional	municipal
☐ Representante de	☐ Membro de ONG internac	ional
sindicato		
The second secon		





Especificação do pedido de acesso à informação Órgão/Entidade Destinatário(a) do Pedido:		
Orgao/Entidade Destinatario(a)	uo i cuito.	
Forma preferencial de recebime Correspondência eletrônica (e-mail)	nto da resposta: ☐ Correspondência física (com custo)	□Buscar/Consulta pessoalmente
Especificação do pedido:	•	





Formulário para recurso

Pessoa jurídica



ANEXO II - A

Dados do requerente		
Razão Social:		
CNPJ:		
Nome do representante*:		
Cargo do representante*:		
Endereço físico:	200 (200) 200	
Cidade*:		
Telefone (DDD + número)*: ()	
Endereço eletrônico (e-mail)*:	1	
* Informar apenas em caso de m	udança ou imprecisão dos dad	os cadastrais informados no
pedido de acesso à informação o	priginal	
Dados do pedido de acesso à in	formação original	
Protocolo (NUP)*:		
Data do pedido:		
Data da resposta:		
* informação é obrigatória		
Recurso		
Instância do recurso:		= accessor to Consettate de
□ 1º instância – Autoridade superior à que proferiu a decisão	 □ 2ª instância – Comissão Mista de Reavaliação 	 □ 3ª instância – Secretário de Administração
Motivo do recurso:		







☐ Grau de classificação de sigilo inexistente
□ Grau de sigilo não informado
□ Informação classificada por autoridade sem competência
□ Informação incompleta
□ Informação recebida não foi a solicitada
□ Informação recebida por meio diferente do solicitado
□ Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada
□ Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo
□ Outros
Justificativa do recurso:





Formulário para recurso

Pessoa natural



ANEXO II - B

Dados do requerente		
Nome:		
CPF:		
Endereço físico*:		
Cidade*:	Estado*:	
CEP*:		
Endereço eletrônico (e-mail)*:		
mail)*:	0	
* Informar apenas em caso de mu	dança ou imprecisão dos dad	os cadastrais informados no
pedido de acesso à informação or	iginal	
Dados do pedido de acesso à info		
Protocolo (NUP)*:		
Data do pedido:		
Data da resposta:		
* informação é obrigatória		
Recurso		
Instância do recurso:		
☐ 1º instância — Autoridade superior à que proferiu a decisão	☐ 2ª instância — Comissão Mista de Reavaliação	
Motivo do recurso:		
 □ Grau de classificação de sigilo i □ Grau de sigilo não informado □ Informação classificada por aut □ Informação incompleta □ Informação recebida não foi a 	toridade sem competência	
	1002	





□ Informação recebida por meio diferente do solicitado
□ Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada
□ Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo
□ Outros
Justificativa do recurso: